

Infraestrutura Brasil Holding I S.A. e Controladas

Demonstrações Financeiras
Individuais e Consolidadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

À Administração e aos Acionistas da
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Concentração da receita de venda de energia

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 21 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a qual menciona que a receita de venda de energia da Companhia é concentrada em sua grande maioria em um cliente. Desta forma, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia devem ser avaliadas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.

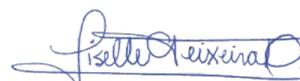
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar a opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Gisele C. Teixeira Defavari
Contadora
CRC nº 1 SP 264857/O-6

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.127	14.609	69.787	60.829	Fornecedores	11	518	447	23.413	5.922
Contas a receber	6	-	-	19.367	16.831	Empréstimos e financiamentos	16	-	567.532	49.998	614.987
Impostos a recuperar		378	413	895	569	Obrigações trabalhistas	18	13.779	12.559	13.936	12.648
Despesas antecipadas		34	59	2.220	2.016	Tributos e contribuições sociais a recolher	12	8	13	4.518	2.917
Partes relacionadas	15	1.859	1.524	1.681	1.524	Partes relacionadas	15	3	-	3	-
Outras contas a receber		396	157	654	2.771	Passivos de arrendamentos	14	488	474	488	474
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		8.794	16.762	94.604	84.540	Encargos com energia elétrica	13	-	-	2.511	2.416
						TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		14.796	581.025	94.867	639.364
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	49.116	44.981	Empréstimos e financiamentos	16	-	-	987.903	988.428
Investimentos	8	317.810	372.598	-	-	Passivos de arrendamentos	14	167	654	167	654
Imobilizado	9	934	1.408	1.211.310	1.267.273	Provisão para riscos	19	-	-	-	1.737
Intangível	10	5	9	40.487	42.487	TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		167	654	988.070	990.819
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		318.749	374.015	1.300.913	1.354.741						
TOTAL DO ATIVO		327.543	390.777	1.395.517	1.439.281	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20	888.259	850.000	888.259	850.000
						Capital social		-	(616.741)	-	(616.741)
						Capital social a integralizar		(575.679)	(424.161)	(575.679)	(424.161)
						Prejuízos acumulados		312.580	(190.902)	312.580	(190.902)
						TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		327.543	390.777	1.395.517	1.439.281
						TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Receita líquida	21	-	-	163.553	172.407
Custo de venda de energia elétrica	22	-	-	(130.500)	(99.679)
RESULTADO BRUTO		-	-	33.053	72.728
Despesas gerais e administrativas	23	(20.905)	(18.356)	(23.115)	(21.462)
Resultado com participações societárias	8	(54.788)	(31.073)	-	-
DESPESAS OPERACIONAIS		(75.693)	(49.429)	(23.115)	(21.462)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRA		(75.693)	(49.429)	9.938	51.266
Receitas financeiras	24	1.793	800	17.930	9.467
Despesas financeiras	24	(77.618)	(74.067)	(170.917)	(177.220)
RESULTADO FINANCEIRO		(75.825)	(73.267)	(152.987)	(167.753)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(151.518)	(122.696)	(143.049)	(116.487)
Imposto de renda e contribuição social	25	-	-	(8.469)	(6.209)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(151.518)	(122.696)	(151.518)	(122.696)
Prejuízo básico e diluído atribuível por lote de mil ações R\$	20	(0,1921)	(0,1574)	(0,1921)	(0,1574)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(151.518)	(122.696)	(151.518)	(122.696)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(151.518)</u>	<u>(122.696)</u>	<u>(151.518)</u>	<u>(122.696)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Capital social	Capital social a integralizar	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
EM 01 DE JANEIRO DE 2023		750.001	(538.741)	(301.465)	(90.205)
Redução de capital em 15 de setembro de 2023		(533.742)	533.742	-	-
Aumento de capital em 15 de setembro de 2023		633.741	(633.741)	-	-
Integralização de capital em 15 de setembro de 2023		-	21.999	-	21.999
Prejuízo do exercício		-	-	(122.696)	(122.696)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023		850.000	(616.741)	(424.161)	(190.902)
EM 01 DE JANEIRO DE 2024		850.000	(616.741)	(424.161)	(190.902)
Integralização de capital em 27 de setembro de 2024		-	23.000	-	23.000
Integralização de capital em 30 de setembro de 2024		-	580.000	-	580.000
Aumento de capital em 15 de setembro de 2024	20	38.259	(38.259)	-	-
Integralização de capital em 15 de outubro de 2024		-	52.000	-	52.000
Prejuízo do exercício		-	-	(151.518)	(151.518)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024		888.259	-	(575.679)	312.580

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I.S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo do exercício		(151.518)	(122.696)	(151.518)	(122.696)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:					
Resultado da equivalência patrimonial	8	54.788	31.073	-	-
Depreciação e amortização	9 e 10	584	1.340	52.252	49.820
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e debêntures	16 e 17	59.903	72.682	151.707	163.655
Amortização dos custos de transação		-	405	534	964
Juros sobre passivos de arrendamentos		31	34	31	34
Baixa de intangível e imobilizado líquidos		-	-	54.519	272
Provisão para riscos		-	-	(1.737)	43
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber	6	-	-	(2.536)	(2.928)
Impostos a recuperar		35	(149)	(326)	(93)
Despesas antecipadas		25	(49)	(204)	(163)
Partes relacionadas	15	(332)	739	(154)	749
Outras contas a receber		(239)	332	2.117	47
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	11	71	(262)	17.491	(334)
Tributos e contribuições sociais a recolher	12	(5)	5	6.803	5.216
Obrigações trabalhistas		1.220	868	1.288	811
Encargos com energia elétrica		-	-	95	(116)
Caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais		(35.437)	(15.678)	130.362	95.281
Juros pagos	16 e 17	(117.935)	(14.403)	(160.779)	(57.158)
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	(5.202)	(4.629)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado atividades operacionais		(153.372)	(30.081)	(35.619)	33.494
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Títulos e valores mobiliários		-	-	(4.135)	(667)
Adições ao imobilizado	9	(106)	(47)	(48.808)	(47)
Adições ao intangível	10	-	-	-	(20.045)
Investimentos em controladas		-	(20.000)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(106)	(20.047)	(52.943)	(20.759)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamento de passivos de arrendamentos	14	(504)	(490)	(504)	(490)
Aumento de capital		655.000	21.999	655.000	21.999
Captação de debêntures	17	100.000	-	100.000	-
Captação de empréstimos		-	324.500	-	324.500
Amortização de empréstimos		(509.500)	(298.200)	(556.976)	(343.443)
Amortização de debêntures		(100.000)	-	(100.000)	-
Caixa líquido gerado das atividades de financiamento		144.996	47.809	97.520	2.566
(REDUÇÃO) AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDOS		(8.482)	(2.319)	8.958	15.301
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.609	16.928	60.829	45.528
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		6.127	14.609	69.787	60.829

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING I S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding I S.A. (“Companhia” ou “IBH I”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 5 de junho de 2018, com sede foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Dr. Campos Bicudo, n° 98, 4º andar, Jardim Europa. A Companhia tem como objeto social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia é controlada direta do Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

Em 20 de dezembro de 2020, a Companhia adquiriu o controle da empresa Sol do Sertão Holding S.A. (“Sol do Sertão”), esta que detém o controle das Sociedades de Propósito Específico (“SPE”): Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A. (“OB I”), Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A. (“OB II”) e Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A. (“OB III”).

As SPEs, que fazem parte do Complexo Fotovoltaico Sol do Sertão, cujo propósito específico é a geração de energia solar, estão localizadas em Oliveira dos Brejinhos, estado da Bahia e possuem capacidade instalada total de 475,760 MWp, sendo 163,850 MWp da OB I, 171,773 MWp da OB II e 140,137 MWp da OB III. As SPEs possuem prazo de autorização de 35 anos e entraram em operação conforme quadro a seguir:

<u>SPE</u>	<u>Projeto</u>	<u>Entrada em operação comercial</u>	<u>Resolução Autorizativa</u>
OB I	Terra Sol XI	21/08/2021	n°7.998 de 23 de julho de 2019
OB I	UFV Terra do Sol VII	19/10/2021	n°8.003 de 23 de julho de 2019
OB I	Sol do Sertão XXXVI	21/08/2021	n°8.002 de 23 de julho de 2019
OB II	UFV Sol do Sertão XII	16/10/2021	n°7.999 de 23 de julho de 2019
OB II	Sol do Sertão VIII	01/09/2021	n°7.996 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XXXV	21/08/2021	n°8.001 de 23 de julho de 2019
OB III	Sol do Sertão XIII	21/08/2021	n°7.997 de 23 de julho de 2019
OB III	UFV Sol do Sertão XIV	19/10/2021	n°8.000 de 23 de julho de 2019

A Companhia faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

Situação financeira

A Companhia apresenta capital circulante líquido negativo de R\$6.002 na Controladora (R\$564.263 em 31 de dezembro de 2023), decorrente substancialmente de obrigações trabalhistas na controladora. No consolidado o capital circulante líquido é negativo em R\$263 (R\$554.824 negativo em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia conta com uma estrutura de elevada alavancagem financeira, que apresenta capital circulante líquido negativo nos primeiros anos de operação. Suas controladas indiretas contam com contratos firmados de venda de energia de longo prazo que iniciaram seu suprimento de energia no segundo semestre de 2021.

A Administração elaborou um plano de ação para monitoramento do seu caixa e necessidade de investimento, priorizando, quando necessário, aportes de capital por parte do acionista.

A Administração acompanha continuamente a saúde financeira da Companhia e continuará adotando medidas para fortalecer a posição de caixa, trazer eficiência nos custos e conter as despesas operacionais, para a continuidade e sustentabilidade dos negócios e de cumprimento de suas obrigações de acordo com os vencimentos contratados, embora dependa do êxito das medidas elencadas acima para fazer frente as suas obrigações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um maior equilíbrio nas operações em decorrência das medidas tomadas acima e, conseqüentemente, reduziu o capital circulante negativo se comparado ao exercício findo de 2023.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia e suas controladas em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das informações contábeis.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 28 de fevereiro de 2025.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é geralmente baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Os Itens relevantes sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: definir a provisão para riscos, vida útil do ativo imobilizado, provisão para bônus, alocação do preço de aquisições societárias e definição de taxa de desconto nos contratos de arrendamento. Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a IBH I e suas controladas, nas quais a IBH I detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

A participação nas controladas se apresenta da seguinte forma:

	Participação %	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
<u>Controlada direta</u>		
Sol do Sertão	100%	100%
<u>Controladas indiretas</u>		
OB I	100%	100%
OB II	100%	100%
OB III	100%	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis materiais utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados.

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas.

3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado do exercício.

3.3. Contas a receber

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de energia ou prestação de serviços no decurso normal da atividade da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são registradas a valor justo, deduzidos de provisão para perda esperada de créditos.

A provisão para perda esperada de créditos é constituída para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos, se necessário.

3.4. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia realizou a revisão de vida útil de seus ativos e decidiu por mudar a metodologia de cálculo da estimativa, onde até então a Companhia utilizava as taxas de vida útil conforme manual da ANEEL.

Os projetos possuem prazos de autorização de 35 anos e durante este período estão aptos a gerar e vender energia. Porém a Administração decidiu utilizar 30 anos em linha com a vida útil estimada de seus ativos que foi avaliada em laudo técnico interno, que dentre outros fatores, também segue a garantia de performance dos equipamentos conforme contrato de aquisição deles. Desta maneira, apesar de ainda existir o benefício econômico em 35 anos, dado a limitação legal e orientação do CPC 27 - Ativo Imobilizado, os ativos devem ser depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada e o prazo de autorização.

A depreciação é calculada usando o método linear considerando a vida útil estimada dos ativos.

Os gastos incorridos que aumentam o valor, em caso de aquisições de sobressalente, ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

3.5. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais, e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura. A companhia registra no ativo intangível valores referentes a aquisições de softwares e ativos intangíveis referentes a combinação de negócios. O saldo das controladas indiretas é composto principalmente por servidões de passagem, as quais não são amortizadas.

3.6. Provisão para redução ao valor recuperável (“impairment”)

A Administração revisa ao final de cada período o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos valores recuperáveis.

3.7. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

3.10. Arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de--uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no exercício a que se referem.

3.11. Impostos de renda e contribuição social correntes

Na Companhia e sua controlada direta, o método de apuração é o lucro real e o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro líquido para contribuição social.

Nas controladas indiretas a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido da receita, onde a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota de 9%.

3.12. Encargos com energia elétrica

Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos pela ANEEL e cobrados pelas transmissoras, sob gestão do Operador Nacional do Sistema, os quais correspondem à Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão de Energia Elétrica (TUST), Encargos de Uso da Transmissão (EUST) e à Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE).

3.13. Instrumentos financeiros

Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro:

Após ao reconhecimento inicial, os ativos e passivos financeiros são avaliados e classificados de acordo com sua natureza podendo ser mensurados ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou; (iii) valor justo por meio do resultado (VJR).

- Custo amortizado:

Um ativo financeiro é classificado e mensurado ao custo amortizado se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (VJORA):

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender a ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: (i) é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

- Valor justo por meio do resultado (VJR):

Todos os demais ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

- Reconhecimento:

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no exercício em que ocorrerem.

- Mensuração:

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.15. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do lucro líquido/prejuízo do exercício atribuível aos acionistas controladores da Companhia e à média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados. A Companhia não possui potenciais instrumentos conversíveis em ações, dessa forma, os resultados por ação básico e diluído são idênticos.

3.16. Reconhecimento da receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para as controladas da Companhia, podendo ser confiavelmente mensurados. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é composta pela receita ocorrida pela venda de energia elétrica (faturada ou não faturada).

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração.

4. ADOÇÃO DAS NORMAS CONTÁBEIS - NOVAS E REVISADAS

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 (R1) Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante	01.01.2024
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Passivo não circulante com Covenants	01.01.2024
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixas	Acordos de Financiamentos de Fornecedores	01.01.2024
CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil	Passivo de Arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	01.01.2024
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e evidenciação de créditos de carbono (tCO ₂ e) ¹ , Permissões de emissão (allowances) ² e créditos de descarbonização (CBIO).	18.10.2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Revisadas e vigentes

Norma	Alteração	Vigência
CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Não definida

Norma	Alteração	Vigência
CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras	01.01.2027
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Ausência de conversibilidade permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis	01.01.2025
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	IFRS nas suas demonstrações financeiras.	01.01.2027

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos bancários	4	30	20	7.213
Aplicações financeiras (i)	6.123	14.579	69.767	53.616
	<u>6.127</u>	<u>14.609</u>	<u>69.787</u>	<u>60.829</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, sendo o saldo de caixa composto por: depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

(i) Aplicações financeiras em CDBs com liquidez diária, remunerados por taxa de 97% a 100,5% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (99% a 100,5% em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") (i)	12.757	16.831
Crédito de carbono (ii)	2.928	-
CCEE (iii)	674	-
Outros clientes (iv)	3.008	-
	<u>19.367</u>	<u>16.831</u>

(i) Contas a receber através principalmente de "Power Purchase Agreement" ("PPA") junto a Cemig. O contrato prevê a venda de energia incentivada com a CEMIG até dezembro de 2041.

(ii) Contas a receber provenientes da emissão de crédito de carbono durante o exercício de 2024, que foram recebidas em fevereiro de 2025.

(iii) Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da CCEE informados a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

(iv) Saldo das vendas de energia para comercializadoras ocorridas em dezembro de 2024 que possui característica de curto prazo.

As contas a receber estão assim distribuídas por vencimento:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
A vencer	19.367	16.831
Vencidos até:		
01 - 30 dias	-	-
91 - 180 dias	-	-
Acima de 180 dias	-	-
	<u>19.367</u>	<u>16.831</u>

Em 31 de dezembro de 2024 não há registro de provisão para perdas esperadas de créditos tendo em vista que o saldo a receber, em sua maioria, advém do contrato com a CEMIG que não possui histórico de inadimplência.

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Contas reservas (i)	<u>49.116</u>	<u>44.981</u>
	<u>49.116</u>	<u>44.981</u>

Os montantes apresentados referem-se a aplicações financeiras dadas em garantia:

- (i) Contas reservas relacionadas às dívidas das controladas indiretas (SPEs) que possuem financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate. Valores aplicados em Fundo de Investimento com remuneração equivalente na média de 96,60% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (média de 97,09% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

8. INVESTIMENTOS

a) Informações das controladas em 31 de dezembro de 2024 e de 2023:

<u>Em 31 de dezembro de 2024</u>	<u>Sol do</u>	<u>OBI</u>	<u>OBII</u>	<u>OBIII</u>
	<u>Sertão</u>			
Balanço Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.584	23.111	31.346	29.979
Ativo não circulante	275.225	434.883	461.368	363.678
Passivo circulante	42	31.928	26.701	22.609
Passivo não circulante	-	340.640	358.018	289.245
Patrimônio líquido	277.767	85.426	107.995	81.803
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	-	53.104	63.025	47.711
Prejuízo líquido	(52.819)	(15.720)	(15.910)	(16.273)

Em 31 de dezembro de 2023	Sol do Sertão	OBI	OBII	OBIII
Balança Patrimonial resumido				
Participação acionária	100%	100%	100%	100%
Ativo circulante	2.458	18.645	21.237	26.383
Ativo não circulante	328.161	451.425	480.888	378.997
Passivo circulante	34	23.013	19.982	16.253
Passivo não circulante	-	340.878	358.236	291.050
Patrimônio líquido	330.585	106.179	123.905	98.077
Demonstração de resultado resumida				
Receita líquida de vendas	-	58.213	61.617	52.577
Prejuízo líquido	(31.073)	(14.962)	(10.976)	(5.257)

b) Movimentação do investimento:

Controlada	Valor do investimento em 31/12/2023	Adição (i)	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/2024
Sol do Sertão	372.598	-	(52.819)	(1.969)	317.810
Total	372.598	-	(52.819)	(1.969)	317.810
Controlada	Valor do investimento em 31/12/2022	Adição (i)	Equivalência patrimonial	Contrato de autorização	Valor do investimento em 31/12/2023
Sol do Sertão	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598
Total	384.392	20.000	(31.073)	(722)	372.598

- (i) Em 26 de novembro de 2019, foi realizado o “Contrato de Compra e Venda de Quotas” (“Contrato”), entre a Companhia (Compradora) e a Energia Capital – Assessoria, Investimentos e Corretagem de Seguros Ltda (“Energia Capital”) (Vendedora), por meio do qual a Compradora adquiriu do Vendedor 100% (cem por cento) do capital social total da investida Sol do Sertão Holding S.A. O Contrato estabeleceu, em contrapartida à alienação das Quotas, o pagamento do Preço de Aquisição, que deveria ser apurado e pago em duas parcelas, além do pagamento do “Prêmio pela Energia Adicional”, uma porcentagem da receita proveniente da energia gerada pelos Projetos, mediante atingimento de condições previamente estabelecidas entre as Partes no Contrato.

A Primeira Parcela do Preço de Aquisição (“Primeira Parcela”) foi integralmente quitada na data de fechamento. A segunda parcela do Preço de Aquisição e o pagamento do “Prêmio – Energia Adicional” foram objeto de divergência entre as Partes quanto aos critérios de cálculo, sobre o que deveria ou não integrar a base.

Foi então instaurado procedimento arbitral perante o Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara do Comércio Brasil-Canadá (“CAM-CCBC) onde, após rodadas de negociações, as Partes resolveram por transacionar acerca das divergências de maneira amigável, a fim de pôr fim a todos os litígios existentes e futuros relativos ao Contrato. Sem reconhecimento de responsabilidade ou culpa de qualquer das Partes.

Sendo assim, em 05 de janeiro de 2023, as Partes, de comum acordo, celebraram o Instrumento de Acordo, onde foi definido o valor total bruto de R\$20.000 a ser pago pela Compradora para fins de quitação dos valores devidos a título de Segunda Parcela conforme Contrato. Sobre o valor relativo ao “Prêmio - Energia Adicional”, o Vendedor renunciou ao direito de qualquer recebimento.

9. IMOBILIZADO

a) Composição do ativo imobilizado

Imobilizado administrativo em serviço	Controladora				Total
	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Direito de uso - edificações		
Taxa média depreciação	20%	10%	33%		
Saldo líquido em 2024	201	97	636		934
Saldo líquido em 2023	181	113	1114		1.408

Imobilizado administrativo em serviço	Consolidado					Total
	Sobressalentes (i)	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso - edificações	
Taxa média depreciação	-	20%	-	10%	33%	
Saldo líquido em 2024	-	201	-	97	636	934
Saldo líquido em 2023	-	181	-	113	1114	1.408
<u>Imobilizado operacional em serviço</u>						
Taxa média depreciação		30 anos	30 anos	30 anos	-	
Saldo líquido em 2024	10.757	1.182.248	17.369	2	-	1.210.376
Saldo líquido em 2023	8.239	1.239.864	17.760	2	-	1.265.865
Total						
Saldo líquido em 2024	10.757	1.182.449	17.369	99	636	1.211.310
Saldo líquido em 2023	8.239	1.240.045	17.760	115	1.114	1.267.273

(i) Corresponde às peças e aos equipamentos estratégicos destinados à continuidade operacional das plantas fotovoltaicas.

b) Movimentação do ativo imobilizado

	Controladora					Total
	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso - edificações		
Imobilizado administrativo em serviço						
Em 01 de janeiro de 2023	210	68	128	135		541
Adições	47	-	-	1.433		1.480
Depreciação	(76)	(68)	(15)	(454)		(613)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	181	-	113	1.114		1.408
Em 01 de janeiro de 2024						
Adições	106	-	-	-		106
Depreciação	(86)	-	(16)	(478)		(580)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	201	-	97	636		934
Consolidado						
	Sobressalentes (i)	Máquinas e equipamentos	Edificações e benfeitorias	Móveis e utensílios	Direito de uso - edificações	Total
Imobilizado administrativo em serviço						
Em 01 de janeiro de 2023	-	210	68	128	135	541
Adições	-	47	-	-	1.433	1.480
Depreciação	-	(76)	(68)	(15)	(454)	(613)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	-	181	-	113	1.114	1.408
Em 01 de janeiro de 2024						
Adições	-	106	-	-	-	106
Depreciação	-	(86)	-	(16)	(478)	(580)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	-	201	-	97	636	934
Imobilizado operacional em serviço						
Em 01 de janeiro de 2023	9.039	1.287.122	18.439	2	-	1.314.602
Adições	-	506	-	-	-	506
Baixas	(272)	-	-	-	-	(272)
Transferências	(528)	-	-	-	-	(528)
Depreciação	-	(47.764)	(679)	-	-	(48.443)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2023	8.239	1.239.864	17.760	2	-	1.265.865
Em 01 de janeiro de 2024						
Adições (i)	4.482	43.921	300	-	-	48.703
Baixas (i)	(1.964)	(52.555)	-	-	-	(54.519)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação	-	(48.982)	(691)	(0)	-	(49.673)
Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	10.757	1.182.248	17.369	2	-	1.210.376
Total	10.757	1.182.449	17.369	99	636	1.211.310

(i) O montante de R\$ 52.555 refere-se às baixas dos módulos substituídos, registrados pelo seu valor residual, conforme cobertura da garantia do fornecedor.

O Grupo avalia anualmente os indicativos de desvalorização de seus ativos, a fim de identificar a necessidade de realização do teste de valor recuperável conforme determina a norma contábil CPC 01 (R1) – Redução ao valor recuperável de ativos. Nesse sentido, a avaliação é feita com base em fontes externas e internas de informação, considerando variações nas taxas de juros de mercado, mudanças significativas em ambientes tecnológicos, de mercado, econômico ou legal no qual a entidade opera ou mercado para o qual o ativo é utilizado, evidências de obsolescência, dano físico do ativo ou desempenho econômico pior que o esperado, além de outras indicações observáveis de que o ativo diminuiu significativamente no período.

Para o exercício de 2024, foi realizado teste de valor recuperável com base no cálculo do valor em uso dos ativos geradores de caixa, utilizando método do fluxo de caixa descontado. Neste método, a avaliação é baseada no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do negócio descontados por uma taxa de retorno que considera o risco relevante de se atingir esses fluxos de caixa e o valor temporal do dinheiro. O teste foi realizado por uma consultoria especializada contratada pela Administração e se baseou em premissas de projeções de longo prazo preparadas pela administração, informações de mercado disponíveis e em desempenho em períodos anteriores. As premissas utilizadas para cálculo do fluxo de caixa descontado de cada projeto incluíram: (i) expectativas de faturamento de geração de energia; (ii) período de autorização; (iii) deduções sobre as vendas; (iv) custos de venda de energia; (v) despesas operacionais; além de outras projeções necessárias para o teste. A taxa de desconto utilizada pela Companhia reflete o risco relativo ao investimento, bem como o valor temporal do dinheiro no tempo, baseada no custo médio ponderado de capital que consiste na ponderação do retorno exigido sobre capital de terceiros e capital próprio em proporção aos seus percentuais estimados em uma estrutura de capital esperada, a taxa de desconto calculada foi de aproximadamente 10,95%. Como resultado dos testes realizados, não houve necessidade de provisão para recuperação dose ativos em 31 de dezembro de 2024. No exercício de 2023 também não houve necessidade da referida provisão.

10. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível

Intangível administrativo em serviço	Taxas de Amortização	Controladora	
		31/12/2024	31/12/2023
Software	20%	5	9
Total		5	9
		Consolidado	
Intangível operacional em serviço	Taxas de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Software	20%	63	90
Servidões		376	376
Contrato de Autorização (i)	3%	40.038	42.007
Ágio		5	5
Total		40.482	42.478
		Controladora	
Intangível administrativo em serviço	Taxas de Amortização	31/12/2024	31/12/2023
Software	20%	5	9
Total		5	9
Total do intangível		40.487	42.487

- (i) Os contratos de autorização possuem vida útil definida de 35 anos, os intangíveis atrelados a eles são amortizados linearmente desde 2022.

Mapa de movimentação do ativo intangível

Intangível administrativo em serviço	Controladora				
	Valor Líquido em 2022	Amortização	Valor Líquido em 2023	Amortização	Valor Líquido em 2024
Software	14	(5)	9	(4)	5
Total do intangível	<u>14</u>	<u>(5)</u>	<u>9</u>	<u>(4)</u>	<u>5</u>

Intangível operacional em serviço	Consolidado					
	Valor Líquido em 2022	Adições (*)	Amortização	Valor Líquido em 2023	Amortização	Valor Líquido em 2024
Software	62	45	(17)	90	(27)	63
Servidões	376	-	-	376	-	376
Contrato de Autorização	22.729	20.000	(722)	42.007	(1.969)	40.038
Ágio	5	-	-	5	-	5
Total	<u>23.172</u>	<u>20.045</u>	<u>(739)</u>	<u>42.478</u>	<u>(1.996)</u>	<u>40.482</u>
Intangível administrativo em serviço						
Software	14	-	(5)	9	(4)	5
Total	<u>14</u>	<u>-</u>	<u>(5)</u>	<u>9</u>	<u>(4)</u>	<u>5</u>
Total do intangível	<u>23.186</u>	<u>20.045</u>	<u>(744)</u>	<u>42.487</u>	<u>(2.000)</u>	<u>40.487</u>

(*) Maiores detalhes sobre a adição de R\$20.000 no Contrato de Autorização, vide nota explicativa nº 8.

11. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Fornecedores	85	349	1.425	890
Provisões de fornecedores (i)	433	98	21.988	5.032
	<u>518</u>	<u>447</u>	<u>23.413</u>	<u>5.922</u>

- (i) O saldo de 2024 corresponde a valores de R\$ 16.729 referentes a multa contratual a ser paga à Cemig. Esse contrato prevê um mecanismo pelo qual a exposição mensal – diferença entre o contrato e a geração comprometida – é assumida pelo comprador. Ao final de cada ano civil, caso a geração comprometida seja inferior ao contratado, a usina deve ressarcir o comprador pelo volume não gerado, valorado ao PLD do ano.

Adicionalmente, o saldo inclui R\$ 1.471 de provisão para compra de energia e aproximadamente R\$ 3.786 de provisão para despesas com operação, manutenção (O&M) e custos administrativos.

12. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS	3	-	629	1.150
IRPJ e CSLL	3	1	3.802	1.695
ISS retido	1	-	1	16
ICMS	-	-	49	-
INSS retido	1	-	37	18
Outros impostos	-	12	-	38
	<u>8</u>	<u>13</u>	<u>4.518</u>	<u>2.917</u>

13. ENCARGOS COM ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso de rede elétrica	2.369	2.285
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)	142	131
	<u>2.511</u>	<u>2.416</u>

14. PASSIVOS DE ARRENDAMENTOS

a) Composição dos passivos de arrendamentos:

Contrato	Valor contratual	Data de início	Taxa de juros a.a.	Data final	Forma de pagamento	31/12/2024	31/12/2023
Aditivo aluguel sede	1.432	Mai./23	3,50%	Abr./26	Mensal	655	1.128
	<u>1.432</u>					<u>655</u>	<u>1.128</u>
					Circulante	488	474
					Não circulante	167	654

Os vencimentos das parcelas dos passivos de arrendamentos estão distribuídos como a seguir:

	Consolidado
2025	488
2026	167
	<u>655</u>

Movimentação dos passivos de arrendamentos:

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2024
	Saldo em 31/12/2023	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	Transferências	
Aluguéis	474	-	(504)	31	487	488
Passivo circulante	474	-	(504)	31	487	488
Aluguéis	654	-	-	-	(487)	167
Passivo não circulante	654	-	-	-	(487)	167
Total	1.128	-	(504)	31	-	655

	Controladora e Consolidado					Saldo em 31/12/2023
	Saldo em 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Juros apropriados	Transferências	
Aluguéis	155	778	(490)	31	-	474
Passivo circulante	155	778	(490)	31	-	474
Aluguéis	-	651	-	3	-	654
Passivo não circulante	-	651	-	3	-	654
Total	155	1.429	(490)	34	-	1.128

b) Arrendamento de controladas indiretas

As controladas indiretas da Companhia possuem contratos de arrendamento de terras nos parques solares, no município de Oliveira dos Brejinhos, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos (base variável não é aplicável o CPC 06) e apresenta vigência em torno de 40 anos.

15. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições acordadas entre as partes para os respectivos tipos de operações, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
<u>Ativo</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	1.493	1.442	1.493	1.442
Outras contas a receber:				
Essentia PCHs S.A.	1	7	1	7
Chapada Branca Holding S.A.	125	-	125	-
Infraestrutura Brasil Holding XVI S.A.	-	75	-	75
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A.	178	-	-	-
Tria Comercializadora de Energia S.A.	62	-	62	-
	<u>1.859</u>	<u>1.524</u>	<u>1.681</u>	<u>1.524</u>
<u>Passivo</u>				
Outras contas a pagar:				
Goiás Sul Geração de Energia S.A.	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>
	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>3</u>	<u>-</u>
<u>Resultado – receitas</u>				
Compartilhamento de custos:				
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (i)	<u>15.852</u>	<u>14.524</u>	<u>15.852</u>	<u>14.524</u>
	<u>15.852</u>	<u>14.524</u>	<u>15.852</u>	<u>14.524</u>

As principais operações entre partes relacionadas são:

- (i) Compartilhamento de custos – origem pela IBH I: refere-se a compartilhamento de custos referente a despesas gerais e folha de pagamento. Os valores são rateados na proporção de 50% entre a Companhia e a Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

Remuneração da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH I corresponde a R\$7.353 (R\$ 4.865 em 31 de dezembro de 2023 e uma média de R\$1.880). Os gastos são registrados na IBH I e rateados conforme indicado no item (i) acima.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Contratos

(i) BNDES

Em 30 de outubro de 2020, a Sol do Sertão assinou contrato com o BNDES, tendo como beneficiárias do crédito as controladas OB I, OB II e OB III. O total de recursos compreendido no contrato é de R\$910.000, integralmente desembolsados. A dívida é composta por principal e juros remuneratórios correspondente a IPCA + 4,18% ao ano.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao BNDES em 273 parcelas mensais e sucessivas, sendo a primeira parcela vincenda em 15 de fevereiro de 2022. O vencimento do contrato é 15 de outubro de 2044. As linhas de crédito para as OB I, OB II e OB III foram disponibilizadas conforme a seguir:

- Crédito "A" - Investida OB I, recurso total de R\$313.272, composto por subcrédito A1 no valor de R\$250.618 e subcrédito A2 no valor de R\$62.654.
- Crédito "B" - Investida OB II, recurso total de R\$328.988 composto por subcrédito B1 no valor de R\$263.190 e subcrédito B2 no valor de R\$65.798.
- Crédito "C" - Investida OB III recurso total de R\$267.740 composto por subcrédito C1 no valor de R\$214.192 e subcrédito C2 no valor de R\$53.548.

(ii) CCB 1

Em 28 de maio de 2021, a Companhia captou o valor de R\$149.500, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Itaú. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 1,00% ao ano, com vencimento para 23 de maio de 2022.

Em 20 de maio de 2022, ocorreu um aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2023, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,35% ao ano.

Em 02 de fevereiro de 2023, ocorreu um novo aditamento à CCB com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de fevereiro de 2024, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano.

Em 09 de fevereiro de 2024, ocorreu um novo aditamento à CCB 1 com o banco, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano.

A operação foi liquidada antecipadamente em 30 de setembro de 2024.

(iii) 1ª Emissão de Notas Comerciais

Em 23 de fevereiro de 2023, foi realizada a 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, no valor de R\$319.500, com vencimento em 23 de fevereiro de 2024 e taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 1,50% ao ano.

Em 14 de fevereiro de 2024, ocorreu um aditamento à 1ª emissão de Notas Comerciais da IBH I, prevendo (i) a extensão de prazo da operação para 22 de agosto de 2025, e (ii) nova taxa de juros remuneratórios de 100% do CDI composto com taxa fixa de 2,75% ao ano.

As notas comerciais foram resgatadas antecipadamente em sua totalidade em 01 de outubro de 2024.

(iv) CCB 2

Em 28 de abril de 2023 a companhia captou o valor de R\$5.000, por meio de cédula de crédito bancário, junto ao Santander. A dívida é composta por principal e juros atualizado a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,60% ao ano, com vencimento para 26 de abril de 2024. A operação foi liquidada antecipadamente em 05 de fevereiro de 2024.

b) Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	567.532	50.509	615.521
(-) Custo de Colocação de Dívidas	-	-	(511)	(534)
	<u>-</u>	<u>567.532</u>	<u>49.998</u>	<u>614.987</u>
Não Circulante				
Empréstimos e Financiamentos	-	-	992.740	993.776
(-) Custo de Colocação de Dívidas	-	-	(4.837)	(5.348)
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>987.903</u>	<u>988.428</u>
Total Empréstimos e Financiamentos	<u>-</u>	<u>567.532</u>	<u>1.037.901</u>	<u>1.603.415</u>

c) Composição de empréstimos e financiamentos

Companhia	Descrição	Valor do Contrato	Data de Emissão	Taxa Contratual	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Vencimento	c) Composição de empréstimos e financiamentos Garantias	Controladora		Consolidado	
									31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 1	149.500	28/05/2021	CDI + 2,75% a.a.	Bullet	Bullet	22/08/2025	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	-	203.080	-	203.080
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	1ª Nota Comercial	319.500	23/02/2023	CDI + 1,50% a.a.	Bullet	Bullet	23/02/2024	Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios provenientes de Boletim de Subscrição e conta vinculada.	-	358.932	-	358.932
Infraestrutura Brasil Holding I S.A.	CCB 2	5.000	28/04/2023	CDI + 2,60% a.a.	Bullet	Bullet	26/04/2024	Garantias Corporativa prestadas no âmbito do Revolving Credit Agreement celebrado inicialmente entre fundos geridos pelo Pátria.	-	5.519	-	5.519
Sol do Sertão OB I Energia Solar S.A	BNDES	910.000	30/10/2020	IPCA + 4,18% a.a.	Mensal	Mensal	15/10/2044	(i) Penhor da totalidade das ações de emissão da Sol do Sertão Holding, OB I, OB II e OB III; (ii) Penhor das máquinas e equipamentos relativos ao projeto; (iii) cessão fiduciária dos direitos creditórios e emergentes dos contratos, autorizações, contas reserva e contas centralizadores relativas ao projeto (iv) Fiança Bancária até a Conclusão do Projeto ¹ .	-	-	1.043.249	1.041.766
Sol do Sertão OB II Energia Solar S.A									-	-	-	-
Sol do Sertão OB III Energia Solar S.A									-	-	-	-
(-) Custo de Colocação de Dívidas									-	567.532	(5.348)	(5.882)
									-	567.532	1.037.901	1.603.415

¹ Conclusão do Projeto obtida em julho de 2023 e fianças bancárias exoneradas.

d) Movimentação de empréstimos e financiamentos

	Controladora		
	Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2022	176.950	(405)	176.545
Ingresso	324.500	-	324.500
Provisão de juros	66.082	-	66.082
Amortização de custos de colocação de dívida	-	405	405
Liquidação do principal	-	-	-
Liquidação dos encargos	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	567.532	-	567.532
Ingresso	-	-	-
Provisão de juros	51.126	-	51.126
Liquidação do principal	(509.500)	-	(509.500)
Liquidação dos encargos	(109.158)	-	(109.158)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-
		Circulante	-
		Não circulante	-
	Consolidado		
	Empréstimos e Financiamentos	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2022	1.215.741	(6.846)	1.208.895
Ingresso	324.500	-	324.500
Provisão de juros	108.462	-	108.462
Amortização de custos de colocação de dívida	-	964	964
Atualização monetária	48.593	-	48.593
Liquidação do principal	(45.243)	-	(45.243)
Liquidação dos encargos	(42.755)	-	(42.755)
Saldo em 31/12/2023	1.609.297	(5.882)	1.603.415
Ingresso	-	-	-
Provisão de juros	93.933	-	93.933
Amortização de custos de colocação de dívida	-	534	534
Atualização monetária	48.997	-	48.997
Liquidação do principal	(556.976)	-	(556.976)
Liquidação dos encargos	(152.002)	-	(152.002)
Saldo em 31/12/2024	1.043.249	(5.348)	1.037.901
		Circulante	49.998
		Não circulante	987.903
			<u>1.037.901</u>

e) Fluxo nominal

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
1 ano	-	567.532	50.509	615.522
2 anos	-	-	49.117	46.575
3 anos	-	-	49.433	46.865
4 anos	-	-	49.762	47.166
5 anos	-	-	50.104	47.479
A partir de 5 anos	-	-	794.324	805.690
	-	567.532	1.043.249	1.609.297

Refere-se à composição por ano de vencimento no valor bruto da dívida.

f) Custo de transação

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

g) Condições restritivas financeiras (“covenants”)

O financiamento com o BNDES obtido pelas investidas da Companhia possui cláusulas contratuais restritivas que preveem o acompanhamento anual de determinado índice financeiro (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida, ou “ICSD”), a partir da divisão da geração de caixa das atividades do ano referência pelo serviço da dívida consolidados na Sol do Sertão Holding S.A., com base nas demonstrações financeiras.

O cálculo no encerramento em 31 de dezembro de 2024 deverá ser superior ou igual a 1,30x para (i) obtenção da conclusão financeira do projeto e (ii) para distribuição de dividendos e/ou redução de capital. A Administração implementou controles adequados de forma a realizar seu acompanhamento e apuração anualmente. Em 31 de dezembro de 2024 o índice de 1,30 foi atingido, portanto, não foram identificados descumprimentos de covenants.

17. DEBÊNTURES

a) Contrato

2ª Emissão de Debêntures

Em 20 de fevereiro de 2024, a Companhia captou o valor de R\$100.000, via sua 2ª emissão de debêntures, em série única, com vencimento para 19 de fevereiro de 2025. A dívida é composta por principal e juros atualizados a 100% do CDI composto com a taxa fixa de 2,60% ao ano. As debêntures foram resgatadas antecipadamente em sua totalidade, em 16 de outubro de 2024.

b) Movimentação de debêntures

	Controladora e Consolidado		
	Debêntures	(-) Custo de Colocação de Dívidas	Total
Saldo em 31/12/2022	306.003	-	306.003
Ingresso	6.600	-	6.600
Provisão de juros	(298.200)	-	(298.200)
Liquidação dos encargos	(14.403)	-	(14.403)
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Saldo em 31/12/2023	-	-	-
Ingresso	100.000	(7.136)	92.864
Provisão de juros	8.777	-	8.777
Amortização de custos de colocação de dívida	-	7.136	7.136
Liquidação do principal	(100.000)	-	(100.000)
Liquidação dos encargos	(8.777)	-	(8.777)
Saldo em 31/12/2024	-	-	-

18. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Encargos trabalhistas	1.386	1.532	1.425	1.551
Provisões de férias, 13º salário e bônus	9.112	11.027	9.230	11.097
Incentivo de Longo Prazo (NE 15)	3.281	-	3.281	-
	13.779	12.559	13.936	12.648

19. PROVISÃO PARA RISCOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Processo fiscal (i)	-	1.680
Reclamações trabalhistas	-	57
	-	1.737

Movimentação da provisão para riscos:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Saldo anterior	1.737	57
Adições	-	1.680
Reversão de provisão	(1.555)	-
Pagamentos	(182)	-
	-	1.737

- (i) A investida indireta OB III esteve envolvida em um processo relacionado ao questionamento da escrituração de notas fiscais referentes aos anos de 2020 e 2021. Como contrapartida, foi registrado um saldo a receber do antigo provedor de outsourcing fiscal. Do montante inicial de R\$ 1.637, a investida indireta OB III efetuou o pagamento de R\$ 182 por meio da adesão ao REFIS da Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia finalizando assim o processo.

Riscos possíveis

A Companhia possui processo relativo ao questionamento da área considerada edificável do projeto para fins de expedição do alvará de construção. Através de emissão de pedido de liminar realizado pela Companhia, que foi deferido, o valor da taxa de expedição foi reduzido. A Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ R\$ 1.229.

As controladas indiretas da Companhia possuem processo em fase administrativa correspondente a questionamento sobre recolhimento de ISS. A Administração da Companhia e seus assessores jurídicos consideram o prognóstico de perda como possível no valor de R\$ R\$ 2.562.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social subscrito da Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R\$888.259 (R\$850.000 em 31 de dezembro de 2023), representado por 850.000 ações (850.000 em 31 de dezembro de 2023). A composição do capital social por acionista é como se segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%	100%

b) Alterações no capital social

Em 30 de setembro de 2024, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$38.259 (representado por 38.259 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal).

Foi integralizado ao longo do exercício um montante de R\$ 655.000, conforme quadro das demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

c) Resultado por ação

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Prejuízo do exercício	(151.518)	(122.696)
Média ponderada de ações ordinárias	788.932.534	779.315.422
Prejuízos básico e diluído por ação (em R\$)	(0,1921)	(0,1574)

21. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Geração de energia - contratada	166.936	180.528
Geração de energia - CCEE	1.653	15
Outras receitas (i)	2.881	-
	<u>171.470</u>	<u>180.543</u>
PIS	(1.105)	(1.168)
COFINS	(5.100)	(5.394)
TFSEE	(1.712)	(1.573)
	<u>(7.917)</u>	<u>(8.136)</u>
	<u>163.553</u>	<u>172.407</u>

(i) Vendas provenientes da emissão de crédito de carbono durante o exercício de 2024.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Compra de energia e demais custos (ii)	(39.314)	(7.966)
Tarifa de uso do sistema de transmissão ("TUST") (i)	<u>(28.476)</u>	<u>(26.945)</u>
Custos com energia elétrica	<u>(67.790)</u>	<u>(34.911)</u>
Pessoal e encargos	(845)	(601)
Materiais	(1.270)	(713)
Serviços de terceiros	(7.461)	(9.744)
Prêmios de seguros	(2.430)	(2.379)
Arrendamento e aluguéis	(1.786)	(2.117)
Depreciação e amortização	(49.700)	(48.480)
Outros	782	(734)
Custos de operação	<u>(62.710)</u>	<u>(64.768)</u>
	<u>(130.500)</u>	<u>(99.679)</u>

(i) Referem-se aos encargos relacionados ao setor de energia que são definidos, cobrados e fiscalizados pela ANEEL.

(ii) 16.729 do saldo de compra de energia e demais custos se referem a multa gerada pela Cemig conforme descrito na nota explicativa 11.

23. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal e encargos	(18.259)	(13.731)	(18.260)	(13.731)
Materiais	(65)	(34)	(67)	(39)
Serviços de terceiros	(1.192)	(2.189)	(1.795)	(4.442)
Seguros	(15)	(14)	(15)	(14)
Provisão para contingências	-	-	99	(42)
Depreciação e amortização	(548)	(1.340)	(2.517)	(1.340)
Tributos	(14)	(17)	(30)	(17)
Arrendamentos e aluguéis	(194)	(190)	(204)	(209)
Outras despesas	(618)	(841)	(326)	(1.628)
	<u>(20.905)</u>	<u>(18.356)</u>	<u>(23.115)</u>	<u>(21.462)</u>

24. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Rendimentos das aplicações financeiras	1.859	810	11.599	9.467
Tributos sobre receitas financeiras	(87)	(39)	(99)	(50)
Outras receitas financeiras (i)	21	29	6.430	50
Total - Receitas financeiras	<u>1.793</u>	<u>800</u>	<u>17.930</u>	<u>9.467</u>
Juros e atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(59.903)	(72.681)	(151.707)	(163.654)
Comissões, garantias e fianças (ii)	(17.375)	(855)	(18.039)	(12.577)
IOF	(3)	(98)	(201)	(285)
Outras despesas financeiras	(337)	(433)	(970)	(704)
Total - Despesas financeiras	<u>(77.618)</u>	<u>(74.067)</u>	<u>(170.917)</u>	<u>(177.220)</u>
	<u>(75.825)</u>	<u>(73.267)</u>	<u>(152.987)</u>	<u>(167.753)</u>

- (i) Ganho financeiro de Mark-to-Market (MTM) no montante de R\$ 6.189 decorrente do distrato do contrato de comercialização de energia elétrica com a Santander Corretora de Seguros, Investimentos e Serviços S.A.
- (ii) Os valores de comissões reconhecidos no resultado financeiro referem-se substancialmente a custos de emissão de empréstimos e financiamentos captados e liquidados durante o ano e amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos ainda não liquidados.

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do IRPJ e CSLL	(151.518)	(122.696)	(143.049)	(116.487)
Alíquotas nominais vigentes	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	(52.118)	(41.717)	(49.238)	(39.606)
Despesas permanentes não dedutíveis	92	-	112	-
Compensação de prejuízos	-	-	(20)	-
Equivalência patrimonial	(18.628)	(10.565)	-	-
Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído	70.052	52.282	70.052	39.580
Tributação pelo regime de lucro presumido	-	-	(29.976)	(6.235)
Despesas de IRPJ e CSLL	-	-	(8.469)	(6.209)
Alíquota efetiva			5%	5%

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

a) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

(i) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 a 24 meses de projeção a partir da data de referência.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. A Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do acionista para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros decorrem de contratos operacionais, empréstimos e financiamentos. Esses contratos emitidos a taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de flutuação da taxa de juros afetando o fluxo de caixa, o qual permanece sendo constantemente monitorado.

(iii) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa.

(iv) Risco de crédito

Refere-se ao risco do não cumprimento de obrigações contratuais da contraparte, levando a Companhia e controladas a incorrerem em perdas financeira devido a concentração de suas receitas de venda de energia em um único cliente. A Companhia e controladas têm a possibilidade de venda de energia no mercado de curto prazo, o que mitiga parte do risco de crédito, e suas políticas de crédito fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes.

b) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função das variações do CDI e IPCA.

A seguir é apresentada a tabela do demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros considerando o pronunciamento técnico CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação e os saldos dos principais instrumentos financeiros. Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário. Com base nos dados disponíveis de mercado, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano e assim definindo-o como o cenário provável. A partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% dos instrumentos financeiros.

			Controladora				
			31/12/2024				
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	6.127	898	673	1.122	449	1.346
			Consolidado				
			31/12/2024				
Instrumento	Indexador	Saldo em exposição	Cenário I	Cenário II		Cenário III	
			Impacto provável no resultado	Redução de índice em 25%	Elevação de índice em 25%	Redução de índice em 50%	Elevação de índice em 50%
	CDI		14,65%	10,99%	18,31%	7,33%	21,98%
	IPCA		4,96%	3,72%	6,20%	2,48%	7,44%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI	69.787	10.224	7.668	12.780	5.112	15.336
Títulos e valores mobiliários	CDI	49.116	7.195	5.397	8.994	3.598	10.793
Empréstimos e Financiamentos	IPCA	(1.043.249)	(51.745)	(38.809)	(64.681)	(25.873)	(77.618)

c) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

				Controladora		
				2024	2023	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>						
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalência de caixa		6.127	14.609	Nível 1		
<u>Custos amortizado</u>						
Partes relacionadas		1.859	1.524			
<u>Passivos financeiros</u>						
Custos amortizado:						
Fornecedores		518	447			
Empréstimos e financiamentos		-	567.532			
				Consolidado		
				2024	2023	Mensuração a valor justo
<u>Ativos financeiros</u>						
Valor justo por meio do resultado:						
Caixa e equivalentes de caixa		69.787	60.829	Nível 1		
Títulos e valores mobiliários		49.116	44.981	Nível 2		
Custos amortizado:						
Contas a receber		19.367	16.831			
Partes relacionadas		1.681	1.524			
<u>Passivos financeiros</u>						
Custos amortizado:						
Fornecedores		23.413	5.922			
Empréstimos e financiamentos		1.037.901	1.603.415			

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo por meio do resultado ou resultado abrangente (VJORA) baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela companhia para cada instrumento.

27. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas.

28. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023</u>
Constituição de arrendamento no imobilizado	-	1.432	-	1.432
Provisão para riscos	-	-	182	1.637
Provisões de fornecedores	34	38	16.792	2.563
Aumento de capital	<u>38.259</u>	<u>633.741</u>	<u>38.259</u>	<u>633.741</u>
	<u>38.293</u>	<u>634.941</u>	<u>55.233</u>	<u>639.373</u>

29. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos, adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

As modalidades de seguros contratados pela Companhia e suas controladas refere-se principalmente a riscos operacionais com cobertura de lucros cessantes, D&O, responsabilidade civil e seguro garantia referente ao contrato de compra e venda de energia.